



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Edital de Licitação Nº 0145766/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023/CPCL/DPE/RO

EDITAL Nº 028/2022/CPCL/DPE/RO

Data de abertura: 10/02/2023

Horário de abertura: 09h30min

Sistema eletrônico

www.gov.br/compras/pt-br

Observação

Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília - DF

Processo SEI:

3001.103784.2022

SRP?

Sim

**Exclusiva
ME/EPP?**

Sim

**Reserva de
cota?**

Não

Objeto

Formação de Ata de Registro de Preços para a prestação de serviços de inspeção e manutenção de extintores de incêndio, mediante sistema de troca, substituição de peças, recarga e teste hidrostático inclusos, para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, pelo prazo de 12 (doze) meses

Valor total estimado

R\$12.672,50 (doze mil seiscientos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

Impugnações e Pedidos de esclarecimentos

A t é **07/02/2023** para o endereço
licitacao@defensoria.ro.def.br

**M o d o de
Disputa:**

Aberto e
Fechado

Amostra?

Não

Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares:

02 (duas) horas após convocação do pregoeiro.

Requisitos básicos 1. SICAF ou documentos equivalentes; 2. Certidão do CAGEFIMP; 3. Certidão do CNIA; 4. Certidão do CEIS;	Requisitos específicos <i>Vide termo de referência</i>
Observações Gerais -	
Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho - RO - Fone: 69 3217-4713 / (69) 99348-3068	

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023/CPCL/DPE/RO

EDITAL Nº 028/2022/CPCL/DPE/RO

Exclusivo ME/EPP e Equiparados

A **Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE/RO**, através de seu **Pregoeiro** e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 1272/2021-GAB/DPE de 3 de novembro de 2021, publicado no D.O.E. nº 607 – ano II, de dia 03 de novembro de 2021, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação, na modalidade **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, do tipo **menor preço**, com **adjudicação por Lote**, mediante execução indireta, sob o regime de empreitada por **preço unitário**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, elaborado em conformidade com a Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, com a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 2.414/2011, Decretos Estaduais nº 26.182/2021, nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017, Decreto Federal nº 10.024/2019 e suas respectivas alterações, e com outras legislações vigentes.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 10 de fevereiro de 2023.

HORÁRIO: 09h30min (horário oficial de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 926224

1. DO OBJETO, PRAZO, LOCAL E RECEBIMENTO:

1.1. DO OBJETO: A presente licitação tem como objeto a **formação de Ata de Registro de Preços para a prestação de serviços de inspeção e manutenção de extintores de incêndio, mediante sistema de troca, substituição de peças, recarga e teste hidrostático inclusos**, para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, **pelo prazo de 12 (doze) meses**, conforme quantidades, condições e especificações minuciosamente descritas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do ANEXO II do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos

for de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do lote**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

1.2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE RECEBIMENTO: Conforme descrito nos itens **05** e **07** do Termo de Referência.

2. DO VALOR ESTIMADO:

2.1. O valor estimado da licitação é de **R\$12.672,50 (doze mil seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

3. DA AUTORIZAÇÃO:

3.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme **Processo SEI nº 3001.103784.2022**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

4. DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO:

4.1. Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício **2023**, por meio da programação: **30.011.03.122.2046.2182**; natureza da despesa: **3.3.90.39**; fonte de recurso: **175908030**; unidade orçamentária: **30011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia**.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

5.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** este Edital.

5.1.1. A **impugnação** poderá ser realizada de forma eletrônica, por meio do e-mail: licitacao@defensoria.ro.def.br ou protocoladas na DPE/RO, situada à Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846, Porto Velho, Rondônia, em dias úteis nos horários de **08h30min às 14h30min (horário oficial de Brasília/DF)**.

5.1.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no **prazo de até 1 (um) dia útil** antecedente à data marcada para a abertura da licitação.

5.1.3. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.2. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do e-mail licitacao@defensoria.ro.def.br.

5.2.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos até a data definida para a sessão inaugural e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do termo de referência.

5.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.5. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo **Pregoeiro** serão entranhados nos autos do processo licitatório e divulgados nos sítios eletrônicos www.defensoria.ro.def.br e www.gov.br/compras/pt-br, disponíveis para consulta por qualquer interessado.

5.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos vincularão os participantes e a Administração.

6. DO CREDENCIAMENTO:

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

7.1. Poderão participar deste **Pregão**, exclusivamente, as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio do sítio www.gov.br/compras/pt-br.

7.2. Não poderão participar deste **Pregão**:

7.2.1. Consórcio de empresas: Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços;

7.2.2. Empresa que estiver em processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

7.2.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

7.2.4. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, durante o prazo da sanção, conforme art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;

7.2.5. Empresa punida com suspensão temporária (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93) do direito de licitar e contratar com o Órgão/Entidade Contratante, durante o prazo de sanção;

7.2.6. Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;

7.2.7. Empresário proibido de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, parágrafo 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes ambientais), durante o prazo de sanção;

7.2.8. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

7.3. A participação nesta licitação importa o **licitante** a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, independentemente de declaração expressa. A não observância dessas condições ensejará o sumário impedimento da participação do **licitante** no referido certame.

7.3.1. Não cabe à **licitante**, após a abertura da sessão pública, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, o **licitante** deverá ler atentamente o Edital e seus anexos.

7.4. Como requisito para participação neste **Pregão**, o **licitante** deverá se manifestar nas seguintes declarações, em campo próprio do sistema eletrônico:

a) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

b) Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação previstos;

c) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declaração expressa do responsável pela firma de que ela não está impedida de participar de licitações promovidas por órgãos ou entidades públicas;

e) Declaração de que é microempresa e empresa de pequeno porte, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar, se for o caso;

f) Declaração de elaboração independente de proposta;

g) Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado, nos termos do art. 1º, III e IV, e art. 5º, III, da Constituição Federal;

h) Declaração de Acessibilidade, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

7.4.1. Em caso de omissão, o **licitante** será desclassificado.

7.4.2. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, emprego de menor, elaboração independente da proposta, enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência, e sobre a não utilização de trabalho degradante ou forçado sujeitará o **licitante** às sanções previstas neste Edital e nas leis.

8 . DO CADASTRO DA PROPOSTA DE PREÇOS E ENVIO DOS DOCUMENTOS DE

HABILITAÇÃO

8.1. O **licitante** credenciado a participar deste **Pregão**, deverá enviar exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, sendo considerados inválidos os documentos enviados por meio diverso.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.7. O **licitante** deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no **sistema eletrônico**, dos seguintes campos, sempre que estes estiverem disponíveis:

a) Preço unitário e total;

b) Descrição detalhada do objeto ofertado.

8.8. No caso de haver divergência entre a descrição do código CATMAT/CATSER no sistema eletrônico e o disposto no Edital, o **licitante** deverá obedecer ao que está disposto no Edital.

8.9. Neste Pregão, será declarada a proposta mais vantajosa aquela que preencher os requisitos de adequabilidade ao objeto da contratação, observando os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital, inclusive o preço.

8.9.1. Será avaliada a proposta mais vantajosa comparando-se a soma dos preços por item no lote e a somatória dos preços dos itens do lote multiplicado pela estimativa de consumo.

8.10. Nos preços propostos devem estar incluídos todos os custos diretos ou indiretos que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação devem estar inclusos nos preços cotados, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens, transporte, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e demais encargos.

8.11. É **vedada** a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

8.12. O prazo de validade da proposta comercial será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo "descrição complementar".

8.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada, a todos os **licitantes**, paridade de tratamento neste aspecto.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

9.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

9.1.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do **Pregoeiro** de data diversa.

9.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e o **licitante** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3. Cabe ao **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, dentre as quais:

- a) Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
- b) Não atenderem aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
- c) Apresentarem irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do **Pregoeiro**;
- d) Apresentarem vantagem baseada nas ofertas dos demais **licitantes**, exceto o preço, obedecida a formulação de lances;
- e) Valores unitários e/ou global superiores ao máximo aceito;
- f) Apresentarem preços unitários simbólicos, preços irrisórios ou com valor zero;
- g) Preços manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são compatíveis com a execução do objeto;
- h) A proposta que identifique o **licitante**;
- i) Apresentarem proposta alternativa.

9.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

9.4.3. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da intimação, e seu julgamento observará as disposições presentes no art. 44, §3º c/c art. 48, II, ambos da Lei nº 8.666/1993.

10. DA DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

10.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.3.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do item**.

10.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para

abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.6. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.9. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.9.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.10.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.11. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

10.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

10.12.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.14. Durante o transcurso da fase de disputa, o **licitante** será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

10.15. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.15.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.17. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, **nos itens exclusivos ou com reserva de cota**, será concedida

prioridade às microempresas e empresas de pequeno porte **sediadas local ou regionalmente**, até o limite de **10% (dez por cento)** do melhor preço válido, para apresentarem novas propostas de desempate, nos termos do Decreto Estadual nº 21.675/2017.

10.17.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados local ou regional que se enquadrarem no subitem anterior, serão convocadas pelo **Pregoeiro** para apresentarem novas propostas no prazo máximo de **05 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, contados a partir da convocação do **Pregoeiro**, sob pena de preclusão.

10.17.2. Na hipótese de as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados sediadas local ou regionalmente não apresentarem propostas de preços inferiores àquela considerada vencedora da licitação, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do **subitem 10.17**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

10.17.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.18. Persistindo empate após a aplicação do Decreto Estadual nº 21.675/2017, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.19. Na hipótese de prosseguir o empate após a aplicação do art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.20. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o **Pregoeiro** poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao **licitante** que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

10.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais **licitantes**.

10.21. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

10.22. Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e neste Edital.

10.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a fase de negociação, o pregoeiro solicitará que o licitante melhor classificado, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.2. A proposta de preços enviada pelo sistema deverá conter:

a) Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, telefone/fax e endereço eletrônico (e-mail);

b) Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, marca, modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

c) Valor unitário, valor total do item e total do lote.

11.2.1. Os prazos estabelecidos pelo **Pregoeiro** poderão ser prorrogados por solicitação escrita

e justificada do **licitante**, **via sistema**, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceitos pelo **Pregoeiro**.

11.3. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas do objeto e quanto ao preço estimado, oportunizando a adequação destes aos valores praticados no mercado.

11.4. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da DPE/RO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.6. Será **desclassificada** a proposta que apresentar preço final **superior ao preço máximo fixado** ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.6.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.6.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.7. Incumbe ao **Pregoeiro**, na fase de julgamento, promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo o **licitante** atender às solicitações, podendo inclusive convocar o **licitante** para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, estabelecendo prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7.1. Havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares, tais como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

11.8. Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, poderá o **Pregoeiro**, a seu exclusivo critério, suspender a respectiva sessão.

11.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.9. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.

11.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.10.1. Na hipótese em que o **Pregoeiro** não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.11. Havendo necessidade, o **Pregoeiro** suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.12. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na

proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

11.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO:

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** As declarações prestadas em campo próprio do sistema;
- b)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- c)** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414/2011;
- d)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria-Geral da União - CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; e,
- e)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada.

12.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, serão analisados os documentos enviados pelo licitante **juntamente** com a proposta de preços.

12.5. A habilitação dos licitantes deverá ser comprovada através dos seguintes documentos:

12.5.1. Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

b) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

c) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em

funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o envio de outorga por instrumento público ou particular (com firma reconhecida), com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular lances, negociar preços, receber intimações e notificações, desistir ou não de recursos, bem como praticar os demais atos pertinentes ao certame;

f) Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da licitação, se for o caso.

12.5.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio da **licitante**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, dentro da validade;

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com a Lei nº 12.440/2011, dentro da validade;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade.

12.5.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

12.5.4. Qualificação Técnica:

a) Atestado, certidão ou declaração de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando o desempenho do **licitante**, de forma satisfatória, em fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação. Será permitido o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnica.

b) Licença para o Uso da Identificação da Certificação, Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção em Extintores de Incêndio, em conformidade à NBR 12962:2016, ou Declaração de Conformidade do Fornecedor, expedida conforme Portaria n.º 206, de 16 de maio de 2011, do INMETRO.

c) Certificado de Credenciamento obtido junto ao Corpo de Bombeiros Militar Do Estado de Rondônia, comprovando habilitação para os serviços objeto deste contrato.

12.5.5. É dispensada a apresentação de documentos de habilitação, indicados, desde que estes estejam válidos e disponíveis para consulta no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**.

12.5.6. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, **ou encaminhar**, em conjunto com

a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.5.7. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

12.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e **já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas)** horas, sob pena de inabilitação.

12.7. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo **Pregoeiro** via *online*, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade do **licitante** a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação, pelo **Pregoeiro**, para o envio dos mesmos.

12.8. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.

12.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

12.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério da DPE/RO, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.11. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na **decadência** do direito à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado à DPE/RO convocar os **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.

12.12. Para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, serão igualmente aceitas certidões negativas e as certidões positivas com efeitos de negativas.

12.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o **Pregoeiro** suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade do certame.

12.14. Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Se o **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e,

c) Se o **licitante** for a matriz e a fornecedora do objeto neste Edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

12.15. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o **licitante** será declarado vencedor.

13. DOS RECURSOS:

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de **03 (três) dias**.

13.2.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **03 (três) dias**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.2.5. Para efeito do disposto no art. 109, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, fica à vista dos autos franqueada aos interessados.

13.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Julgado o recurso a decisão será publicada no sistema eletrônico.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat” e “aviso”).

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

15.1. Na ausência de recurso, caberá ao **pregoeiro** adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

15.2. Havendo recurso, a **autoridade competente** adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16. DO REGISTRO DE PREÇOS:

16.1. Da assinatura da ata e cadastro de reserva de fornecedores:

16.1.1. Homologada a licitação, terá o adjudicatário o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a

partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.2. A Administração disponibilizará acesso ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI para adjudicatária assinar a Ata de Registro de Preços.

16.1.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.1.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.1.5. Com o objetivo de formar cadastro reserva de fornecedores, no caso de exclusão do primeiro colocado, será incluído na respectiva ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame.

16.1.6. As sanções descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

16.2. Do prazo de validade da Ata de Registro de Preços:

16.2.1. Será de **12 (doze) meses** o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, contados da data da publicação do extrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

16.2.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata de Registro de Preços, ainda que a(s) aquisição(ões) decorrente(s) tenha(m) que ser efetuado após o término de sua vigência.

16.3. Da realização periódica de pesquisa de mercado:

16.3. Nos termos do art. 10, inciso X do Decreto Estadual 18.340/13, será realizada periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade, nos moldes previstos no artigo 34 do referido Decreto.

16.4. Da revisão dos preços registrados:

16.4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 1993.

16.4.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços.

16.4.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

16.4.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

16.4.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

16.4.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos

motivos e comprovantes apresentados; e

16.4.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

16.4.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.4.4. Será admitida solicitação de revisão de preços de que trata o item **16.5.3**, quando tratar-se de produto cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso item **16.5.3.2**.

16.4.4.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ata, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos.

16.4.5. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

16.4.5.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

16.4.5.2. Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ata; os preços poderão ser revisados conforme disposto no subitem **16.5.5**.

16.4.5.3. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do item da ata.

16.4.5.4. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

16.5. Do cancelamento da Ata de Registro de Preços:

16.5.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

16.5.1.1. Descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços;

16.5.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

16.5.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

16.5.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei n. 8.666, de 1993, ou no artigo 7º da Lei n. 10.520, de 2002.

16.5.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens **16.6.1.1**, **16.6.1.2** e **16.6.1.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a

ampla defesa.

16.5.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos subitens **16.6.1.1** e **16.6.1.2** acarretará, ainda, a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.5.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

16.5.4.1. Por razão de interesse público; ou

16.5.4.2. A pedido do fornecedor.

16.6. Da adesão a Ata de Registro de Preços:

16.6.1. Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, Municipal ou Distrital que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.6.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.6.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.6.4. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.6.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

17.1. Após homologação do certame, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.3. A Administração disponibilizará acesso ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI para adjudicatária assinar/receber o Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

17.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

17.5. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa da Ata ou Contrato por via postal, para assinatura da adjudicatária.

18. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

18.1. As obrigações estão dispostas no item **08** do Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO:

19.1. O pagamento será realizado na forma do item **09** do Termo de Referência.

20. DAS SANÇÕES:

20.1. As sanções serão aplicadas na forma do item **11** do Termo de Referência.

21. DO REAJUSTE:

21.1. Conforme descrito no item **13** do Termo de Referência.

22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

22.1. Os **licitantes** deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

23.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse da **Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o **licitante** tenha direito a qualquer indenização.

23.2. O s **licitantes** estão cientes das condições para participação no certame e são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará na anulação do empenho ou na rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do **licitante**, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento, independente do resultado da licitação.

23.4. É facultado ao **Pregoeiro** ou à **Autoridade Superior**, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.5. As comunicações oficiais referentes ao presente objeto poderão ser realizadas através de **e-mail** corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo **licitante**.

23.5.1. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura pelo destinatário. Na ausência da confirmação, será considerada válida a comunicação na data do término do prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da data do envio.

23.6. As normas que disciplinam este **Pregão** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

23.8. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.9. Os casos omissos serão resolvidos pelo **Pregoeiro**, que decidirá com base na legislação em vigor.

23.10. É **vedada** a subcontratação para a execução do(s) serviço(s) objeto deste **Pregão**, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas.

23.11. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sítios www.defensoria.ro.def.br ou www.gov.br/compras/pt-br, bem como na sala da Comissão Permanente de Compras e Licitações, situada na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO, no horário das 08h30min às 14h30min (horário oficial de Brasília/DF), onde poderá ser retirado em meio físico ou eletrônico, sem ônus para a DPE/RO, com estes arcando o interessado, tais como fotocópia, ou trazendo o CD-R, ou *pen drive* próprio.

23.12. O **Pregoeiro** e **Equipe de Apoio** encontram-se à disposição para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares no endereço supracitado ou pelo telefone **(69) 3217-4713** ou **(69) 99348-3068**, e ainda pelo e-mail licitacao@defensoria.ro.def.br. O **Pregoeiro** não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto desta DPE/RO quanto do emissor.

24. DOS ANEXOS:

24.1. Fazem parte integrante do presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

24.1.1. Anexo I - Termo de Referência (id. 0145229);

24.1.2. Anexo II - Estimativa de Preços (id. 0145767);

24.1.3. Anexo III - Modelo de Proposta de Preços (id. 0145777);

24.1.4. Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços (id. 0145783) e,

24.1.5. Anexo V – Minuta de Contrato (id. 0145810).

25. DO FORO:

25.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Porto Velho/RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto Velho - RO, na data da assinatura eletrônica.

Adriana Larissa Freitas dos Santos

Pregoeira

Antônio Carlos Mendonça Tavernard

Equipe de Apoio

Luan Hortiz Campos

Equipe de Apoio



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos**, **Pregoeiro(a)**, em 30/01/2023, às 12:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 30/01/2023, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0145766** e o código CRC **09742519**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.103784.2022.

Documento SEI nº 0145766v5



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa
Departamento de Serviços Gerais

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.103784.2022

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: SERV MANUT INSPEÇÃO DE EXTINTORES - 2023

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 27/2022
ADENDO MODIFICADOR 06
SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO
PORTO VELHO – RO**

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este Termo visa assegurar os melhores resultados possíveis para o processo licitatório, sem frustrar o caráter competitivo da sua execução, atendendo e resguardando os interesses da Administração Pública.

1.2. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

1.3. Assim, elaboramos o presente Termo, o qual contém todas as informações necessárias para dar subsídios à contratação pretendida.

2. OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência visa a **formação de Ata de Registro de Preços para a prestação de serviços de inspeção e manutenção de extintores de incêndio, mediante sistema de troca, substituição de peças, recarga e teste hidrostático inclusos**, para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no ANEXO A - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES, deste Termo.

2.2. As quantidades referidas no ANEXO A - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES deste Termo compõem a estimativa de serviços a serem realizados.

2.3. Todas as características deste Termo são parâmetros mínimos exigidos para a prestação dos serviços, sendo permitida a oferta de material(is) e serviços com característica(s) superior(es), a ser(em) avaliado(s) pela Administração, conforme especificações e quantidades estabelecidas nos anexos deste Termo de Referência.

2.4. O objeto deverá ser contratado, conforme definição do art. 6º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

2.5. O objeto deverá ser contratado mediante execução indireta, via empreitada por preço unitário, conforme o art. 6º, inciso VIII, alínea b, da Lei nº 8.666/1993.

2.6. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, com adjudicação por lote.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A contratação dos serviços de inspeção e manutenção de extintores, mediante sistema de troca, substituição de peças, recarga e teste hidrostático inclusos motiva-se em virtude da necessidade de manutenção de equipamentos de combate a princípios de incêndio (extintores), com o objetivo de atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

3.2. A inspeção e manutenção periódica de extintores é uma prevenção contra sinistro (incêndio) sendo uma obrigatoriedade às normas de segurança. Tais serviços são fundamentais para garantir a integridade física dos usuários do serviço público, servidores e demais pessoas, assim como do patrimônio público, pois objetiva manter os equipamentos em perfeito estado de utilização, aptos a serem usados no combate ao princípio de incêndio, de maneira eficaz e segura, evitando os danos advindos de um sinistro.

3.3. Segundo as normas técnicas vigentes, a periodicidade de inspeção é de 6 (seis) meses para extintores de incêndio com carga de gás carbônico e cilindros para o gás expelente, e de 12 (doze) meses para os demais extintores.

3.4. Portanto, em virtude dos fatos anteriormente citados, a contratação de empresa para prestação dos serviços, com fornecimento dos materiais, se faz necessária.

4. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DO OBJETO

4.1. Da análise da pretensa contratação, justifica-se a utilização do critério de julgamento menor preço, com adjudicação por lote, conforme segue:

4.1.1. A adjudicação por lote mostra-se a mais adequada, vez que se trata de 25 (vinte e cinco) locais onde a DPE-RO possui unidades, distribuídas por todo o estado de Rondônia, exigindo grande empenho logístico das empresas interessadas para atender esta necessidade, existindo, portanto, a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido se licitado em grupo único.

4.1.2. A adjudicação por item, acarretaria na pulverização de contratos com menor expressão econômica, ensejando desinteresse de

licitantes. De igual modo, a pulverização dos contratos, tornaria excessivamente oneroso os procedimentos de acompanhamento do objeto.

4.1.3. O julgamento por item poderia acarretar na perda da economia de escala, cujo agrupamento em lotes de localidades geograficamente aproximadas, resulta em queda do custo médio do serviço, em caso de julgamento por itens não é possível afirmar que isso ocorreria.

4.1.4. O agrupamento do objeto em lotes amplia ainda a competitividade do certame, vez que possibilita a participação de empresas pequeno porte, que poderão apresentar propostas de acordo com sua capacidade operacional.

5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

5.2. A Nota de Empenho será encaminhada à Contratada via e-mail. A ciência do ato será procedida mediante a confirmação de recebimento pelo destinatário. Na ausência desta, será considerada a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário ao término do prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data do seu envio.

5.2.1. **DO INÍCIO DA EXECUÇÃO**: Considerando a localização geográfica dos locais a serem atendidos, os serviços deverão ser iniciados em um prazo de até **05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Serviço**.

5.2.2. Iniciados os serviços, estes deverão ser concluídos no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**.

5.2.3. Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

5.3. **DO LOCAL DE EXECUÇÃO**: Os serviços serão executados, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min, **nos locais indicados no ANEXO C - LOCAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**, deste Termo de Referência, sendo que, nos casos de necessidade de execução dos serviços em horário e local diferenciado, será a Contratada previamente comunicada.

6. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA GARANTIA

6.1. Os serviços de manutenção previstos neste Termo contemplam a manutenção de 1º, 2º e 3º níveis, conforme condições do equipamento e englobam eventuais substituições de peças e componentes originais, bem como a recarga e realização de testes hidrostáticos, nos termos das normas aplicáveis.

6.2. As atividades de inspeção, manutenção e recarga dos extintores de incêndio deverão ser realizadas por um corpo técnico especializado e com a utilização de ferramentas apropriadas, de acordo com as recomendações do fabricante dos equipamentos, com destaque para as normas ABNT NBR 12962 (Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio) e Portaria INMETRO nº 206, de 16 de maio de 2011 (Requisitos de avaliação da conformidade para inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndio), de modo a garantir a conservação e o perfeito funcionamento dos extintores.

6.3. A norma ABNT NBR 12962:2016 estabelece as condições mínimas exigíveis para inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio. Para efeitos da contratação proposta, adotam-se as seguintes definições constantes do item 3 da norma:

I - Inspeção: Exame periódico, efetuado por pessoal habilitado, que se realiza no extintor de incêndio, com a finalidade de verificar se este permanece em condições originais de operação.

II - Manutenção: Serviço efetuado no extintor de incêndio, com a finalidade de manter suas condições originais de operação, após sua utilização ou quando requerido por uma inspeção.

III - Manutenção de primeiro nível: Manutenção geralmente efetuada no ato da inspeção por pessoal habilitado, que pode ser executada no local onde o extintor está instalado, não havendo necessidade de removê-lo para oficina especializada.

IV - Manutenção de segundo nível: Manutenção que requer execução de serviços com equipamento e local apropriados e por pessoal habilitado.

V - Manutenção de terceiro nível ou vistoria: Processo de revisão total do extintor, incluindo a execução de ensaios hidrostáticos.

VI - Recarga: Reposição ou substituição da carga nominal de agente extintor e/ou expelente.

VII - Componentes originais: Aqueles que formam o extintor como originalmente fabricado ou que são reconhecidamente fabricados pelo fabricante do extintor. Exceção para o quadro de instruções, desde que contenha as informações originais do fabricante e a identificação da empresa de manutenção.

VIII - Ensaio hidrostático: Aquele executado em alguns componentes do extintor de incêndio, sujeitos à pressão permanente ou momentânea, utilizando-se normalmente a água como fluido, que tem como principal objetivo avaliar a resistência do componente a pressões superiores à pressão normal de carregamento ou de funcionamento do extintor, definidas em suas respectivas normas de fabricação.

6.4. O serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintores deve ser realizado segundo as condições prescritas nos itens 4 e 5 da respectiva norma.

6.5. Em caso de necessidade de retirada, deverá ser lavrado termo constando os dados gerais da inspeção realizada nos extintores por esta Contratante conjuntamente com a empresa Contratada, onde estarão relacionadas as peças que deverão ser trocadas, bem como o estado geral de cada extintor.

6.6. Em hipótese alguma os prédios poderão ficar sem extintores. No período da recarga e manutenção, a empresa Contratada deverá deixar extintores de sua propriedade, com as mesmas características (tipo e volume) em substituição temporária ao equipamento retirado de cada unidade da Contratante, até o término do serviço, quando os mesmos serão devolvidos devidamente **manutenidos**, recarregados e recolocados nos locais de onde foram retirados.

6.7. A Contratada está obrigada a fornecer garantia dos serviços de recarga e manutenção e materiais nas seguintes condições:

6.7.1. **Recarga de cilindro de Água Pressurizada ou Pó Químico**: a garantia será de, pelo menos, 1 (um) ano para carga (com relação

à qualidade do produto e eficiência no combate a incêndio), inclusive implicando na obrigação de substituição e execução de nova carga em casos de vazamento, quando houver indicação de recarga no manômetro do extintor.

6.7.2. Recarga de cilindro de CO₂: a garantia será de pelo menos 1 (um) ano para carga (com relação à qualidade do produto e eficiência no combate a incêndio), inclusive implicando na obrigação de substituição e execução de nova carga em casos de vazamento com perda de pressão superior a 2% (dois por cento), no período coberto pela garantia.

6.7.3. Ensaio Hidrostático: a garantia será de pelo menos 5 (cinco) anos, prazo que também perdura a validade do selo de conformidade e vistoria, Portaria MDIC / INMETRO n. 412 e NBR's 12962 e 13485.

6.7.4. Peças ou componentes substituídos: a garantia será de 3 (três) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

6.8. O início do período de garantia dar-se-á na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos produtos.

6.9. A Contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a Contratante, a substituição dos produtos objetos deste Termo de Referência, quando os mesmos apresentarem defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.

6.10. Quando da substituição/fornecimento de extintores e/ou seus componentes, bem como da execução, a contratada deverá providenciar Certificado de Conformidade de Produto/Serviço, junto ao INMETRO de acordo com a NBR 12962.

6.11. A(s) correção(ões) de serviço(s) ou a substituição(ões) de produto(s), caso seja necessária, deverá ser efetivada em até **15 (quinze) dias corridos**, contados da comunicação realizada pela Contratante.

6.12. Toda e qualquer despesa decorrente da execução das condições de garantia ficará inteiramente a cargo da Contratada.

7. DA FORMA DE RECEBIMENTO E CONTROLE

7.1. Os serviços serão recebidos pelo Fiscal pertencente à unidade competente na capital e à cada Núcleo, que terá, juntamente com a Contratada, a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação do objeto.

7.2. Nos casos em que se fizer necessária a remoção de equipamentos, a entrega do(s) destes e/ou execução dos serviços(s) deverá ser informada com antecedência.

7.3. Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

7.3.1. PROVISORIAMENTE: Executado(s) o(s) serviço(s), este(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente no prazo de **03 (três) dias úteis**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, para recebimento definitivo.

7.3.2. DEFINITIVAMENTE: O(s) serviço(s) será(ão) recebido(s) definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do(s) serviço(s) executado(s) e material(is) empregado(s), com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4. O(s) serviço(s) será(ão) atestado(s) por ocasião do recebimento definitivo pelo Gestor, que avaliará a execução deste(s). A conferência será realizada com base na lista do(s) material(is) e serviço(s) descritos na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) fornecida(s) no ato da entrega, detalhando claramente todas as partes integrantes do material. Este detalhamento não poderá ser feito por códigos, e sim pela descrição de cada material, serviço e/ou equipamento, com a respectiva quantidade, bem como do Termo de Recebimento Provisório e relatório emitidos pelo Fiscal.

7.5. É facultada a presença da Contratada durante todo o procedimento de recebimento definitivo do(s) serviço(s).

7.6. A Contratada será responsável pelo transporte e despesas do equipamento durante a prestação dos serviços;

7.7. Aceito(s) o(s) serviço(s), será procedido o atesto na(s) Nota(s) Fiscal(is), autorizando o pagamento.

7.8. O(s) serviço(s) poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/reparados/substituídos/removidos/complementados em um prazo não superior a **15 (quinze) dias corridos**, às custas da Contratada, a contar da sua notificação, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.9. Caso o serviço seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do(s) serviço(s) e material(is), nem ético-profissional pela perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Instrumento Contratual.

7.11. Em conformidade com o art. 76 da Lei nº 8.666/1993, se no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 69 da lei supramencionada.

7.12. Em caso de dúvida sobre a autenticidade do(s) material(is) utilizados para execução dos serviços, a Contratada se compromete(m) a arcar com os custos dos testes de originalidade, a serem realizados nos laboratórios dos próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum acordo entre as partes.

8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. DA CONTRATADA:

8.1.1. Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas, mantendo-os sempre em perfeita ordem, arcando com os ônus necessários à completa entrega dos materiais e prestação dos serviços, se necessário substituir todo e qualquer material/serviço não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional, bem como assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais que fornecer.

8.1.2. Cumprir todos os prazos estipulados para entrega dos materiais e prestação dos serviços, substituindo-os ou corrigindo-os, às suas custas, no total ou em parte, nos prazos fixados, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.

8.1.3. Prover todos os meios necessários à garantia da prestação de serviços, inclusive considerados os casos de greves ou paralisação de qualquer natureza.

- 8.1.4. Entregar os materiais e prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações exigidas pela boa técnica.
- 8.1.5. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras essenciais para recebimento de correspondência.
- 8.1.6. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o local de entrega.
- 8.1.7. Comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega dos materiais, para adoção de medidas cabíveis.
- 8.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste instrumento.
- 8.1.9. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.1.10. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem, ainda, assegurar os direitos, inclusive quanto aos preços praticados.
- 8.1.11. Fornecer e utilizar, sob sua inteira responsabilidade, a competente e indispensável mão de obra habilitada, selecionada e necessária, atendidas, sempre e regularmente, todas as exigências legais pertinentes, como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes, sendo vedada a relação de trabalho com menores de idade, salvo nos casos previsto em Lei.
- 8.1.12. Responder pelas despesas resultantes e de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos.
- 8.1.13. Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega dos materiais, tais como salários, seguro contra acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela Lei.
- 8.1.14. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.
- 8.1.15. Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar por danos materiais e/ou pessoais decorrentes de erro na entrega dos materiais, objeto do presente termo, que sobrevenha em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para a Contratante.
- 8.1.16. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá.
- 8.1.17. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar a Contratante a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização.
- 8.1.18. Corrigir, refazer, reparar, substituir, remover ou complementar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.
- 8.1.19. Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 78 da Lei nº 8.666/1993.
- 8.1.20. Atender prontamente às exigências da DPE/RO inerentes ao objeto da Ata.
- 8.1.21. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades deste objeto, sem prévia autorização da Contratante.
- 8.1.22. Prestar suporte a todas as funcionalidades presentes e necessárias para o pleno estado de funcionamento dos equipamentos.
- 8.1.23. Identificar qualquer equipamento de sua posse que venha a ser utilizado nas dependências da Contratante, afixando placas de controle patrimonial, selos de segurança, etc.
- 8.1.24. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela DPE/RO.

8.2. DA CONTRATANTE:

- 8.2.1. Acompanhar e a fiscalizar a entrega dos materiais e prestação dos serviços deste Termo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte da Contratada.
- 8.2.2. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.
- 8.2.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- 8.2.4. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento dos materiais e prestação dos serviços, na forma estabelecida neste termo.
- 8.2.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no(s) material(is) entregue(s) e serviço(s) prestado(s), para que seja(m) substituído(s) ou corrigido(s).
- 8.2.6. Indicar os locais e horários em que deverá(ão) ser entregue(s) o(s) material(is) e prestado(s) o(s) serviço(s).
- 8.2.7. Permitir, aos empregados da Contratada, acesso ao local da entrega, observadas as normas de segurança.
- 8.2.8. Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela(s) Contratada(s).
- 8.2.9. Reter créditos e aplicar as penalidades cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.
- 8.2.10. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelos demais fornecedores, objeto deste instrumento, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos.
- 8.2.11. Realizar rigorosa conferência das características dos materiais entregues, pelos agentes designados, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.
- 8.2.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) Contratada(s).
- 8.2.13. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material(is) que a(s) Contratada(s) entregar(em) e serviço(s) que executar(em) fora das

especificações.

9. CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista da(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) por ela apresentada, que deverá(ão) ser entregue(s) ao Departamento de Serviços Gerais, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** para os valores de **até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscientos reais)** e, acima desse valor, no prazo de **até 30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo do(s) serviço(s) prestados, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e resoluções vigentes, observada ainda a exigibilidade da ordem cronológica de pagamentos, conforme o art. 5º, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

9.2. A(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) pode(m) ser enviada(s) por e-mail, devendo conter em corpo a descrição do objeto, o número da conta bancária da Contratada, acompanhada de toda a documentação necessária à comprovação da manutenção da regularidade de todas as condições previstas para habilitação no certame licitatório.

9.3. A atestação da(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) caberá ao gestor da Ata, desde que o(s) serviço(s) esteja(m) em conformidade com as exigências contidas neste instrumento e não haja impeditivo imputável à Contratada.

9.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, CNPJ: 01.072.076/0001-95 - Endereço Avenida Gov. Jorge Teixeira, 1722 - bairro: Embratel - Porto Velho/RO, CEP: 76820-846.

9.5. Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is), incorreção no(s) serviço(s) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que se providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, a DPE/RO poderá pagar apenas a parcela não controvertida com as devidas justificativas (neste caso a DPE/RO terá um prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento, para efetuar a análise e o pagamento).

9.6. Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), não acarretando qualquer ônus para a DPE/RO.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

9.9. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da Contratada, a DPE/RO reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

9.10. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que regularizados.

9.11. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,000164384, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \quad I = \{(6/100)/365\} \quad I = 0,000164384$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10. DA PESQUISA DE PREÇOS E SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

10.1. O valor orçado para a pretensa contratação consta de Planilha Mercadológica elaborada pelo Departamento de Aquisições, produzida com base em cotações de preço realizadas junto às empresas especializadas, consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos disponibilizados em suas páginas na internet, bancos de preços e demais procedimentos admitidos em Lei.

10.2. Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na **Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício 2023**, conforme segue:

a) Programação: 30.011.03.122.2046.2182;

b) Natureza da despesa: 3.3.90.39;

c) Fonte: 175908030;

d) Unidade orçamentária: 30.011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. À Contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie:

I. **Advertência.**

II. **Multa moratória, nos seguintes percentuais:**

a) No atraso injustificado no início e/ou conclusão dos serviços, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, sobre o valor do empenho, limitada a 10% (dez por cento);

b) No caso de atraso injustificado na correção/refazimento/reparo/substituição/remoção/complementação de serviço/material rejeitado, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor do empenho, limitada a 10% (dez por cento);

Parágrafo único: Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas letras "a" e "b", poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no subitem III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.

III. Multa contratual, por inadimplemento das obrigações, nos seguintes percentuais:

a) Pelo descumprimento total, 20% (vinte por cento) sobre o valor do empenho;

b) Pelo descumprimento parcial, 15% (quinze por cento) sobre o valor do empenho;

Parágrafo único: Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o Contrato no prazo estabelecido pela Contratante.

IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista no art. 87, inc. III, da Lei 8.666/1993, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.

V. Impedimento de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia e descredenciamento do SICAF, previsto no art. 49, do Decreto nº 10.024/2019, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas, a licitante que:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas neste item também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no Sicafe.

VI. Declaração de Inidoneidade Para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no art. 87, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993.

11.2 A sanção prevista no subitem I será aplicada pelo gestor/fiscal, as sanções previstas nos subitens II, III, IV, V e VI serão aplicadas pela Secretaria-Geral de Administração e Planejamento/DPE-RO.

11.3. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia ao interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação para as sanções previstas nos subitens I, II e III acima e de 10 (dez) dias para a dos subitens IV, V e VI.

11.4. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. Nos casos previstos nos incisos IV, V e VI, serão, também, incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

11.6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

11.7. A contumaz ocorrência de infrações ensejadoras das penalidades previstas nos subitens I, II e III, à critério da Administração, poderá resultar no cancelamento/rescisão da Ata e aplicação das sanções previstas nos subitens IV, V e VII.

11.8. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas separada ou conjuntamente.

12. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do(s) serviço(s) e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto, devendo ser exercido por servidores designados, lotados na Unidade Competente e localidades atendidas.

12.2. Os procedimentos de acompanhamento e fiscalização obedecerão às disposições contidas no Regulamento nº 021/2018/DPG/DPE/RO.

12.3. Dentre outras atividades, no âmbito da fiscalização, deverá ser observada a seguinte rotina:

I - Conferência da validade dos extintores;

II - Conferência da conformidade do material constante nos extintores;

III - Verificação da adequação dos serviços ao Termo de Referência e Ordem de Serviço;

IV - Verificação da manutenção das condições de habilitação;

V - Controle de prazos.

13. REAJUSTE E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado ou de fato que altere o custo do material registrado, conforme disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº. 8.666/1993, observando as disposições do Decreto Estadual nº. 18.340/2013, alterado pelo Decreto Estadual nº. 25.969/2021.

13.2. Quando o preço de mercado se tornar superior ao registrado e o prestador não puder cumprir o compromisso, mediante requerimento fundamentado, a Administração poderá:

a) Negociar os preços;

b) Liberar o prestador do compromisso, caso frustrada a negociação, sem aplicação de penalidade, desde que o requerimento ocorra antes da solicitação de fornecimento e confirmada a veracidade do alegado;

c) Convocar licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa destes ou, concomitantemente, os licitantes remanescentes do processo licitatório, oportunizando iguais condições de negociação, respeitada a ordem de classificação.

13.3. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - Não retirar ou aceitar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer qualquer das sanções previstas nos incisos IV, V e VI, do subitem 11.1., deste Termo.

14. PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

14.1. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando os preços unitários e o valor global da proposta.

14.2. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido pela DPE/RO, suas substituições.

14.3. No preço ofertado estarão incluídos também os custos indiretos sobre o fornecimento do objeto, tais como: seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições sociais, indenizações, etc., inclusive despesas com transporte para entregas no local indicado no presente Termo de referência.

14.4. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, com adjudicação por lote.

15. DA VISTORIA TÉCNICA

15.1. As empresas interessadas em participar da licitação poderão promover vistoria nos equipamentos constantes nos respectivos lotes deste Termo de Referência, examinando-os em sua totalidade, tomando ciência de suas características, material utilizado, estado de conservação e eventuais necessidades de substituição de peças para a perfeita execução dos serviços, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento da situação existente ou do estado dos equipamentos.

15.2. Optando pela Visita Técnica, a empresa licitante deverá marcar dia e horário previamente junto ao respectivo pelos locais indicados no ANEXO C - LOCAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, deste Termo de Referência.

15.3. A empresa licitante fica ciente de que, optando ou não por realizar a Visita Técnica, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do objeto deste Termo de Referência.

16. HABILITAÇÃO

16.1. Além da regularidade fiscal, jurídica e trabalhista, a licitante deverá apresentar:

16.1.1. Atestado, certidão ou declaração de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante, de forma satisfatória, em fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação. Será permitido o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnica.

16.1.2. Licença para o Uso da Identificação da Certificação, Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção em Extintores de Incêndio, em conformidade à NBR 12962:2016, ou Declaração de Conformidade do Fornecedor, expedida conforme Portaria n.º 206, de 16 de maio de 2011, do INMETRO.

16.1.3. Certificado de Credenciamento obtido junto ao Corpo de Bombeiros Militar Do Estado de Rondônia, comprovando habilitação para os serviços objeto deste contrato.

16.1.4. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física até 90 dias antes da data prevista para o certame.

17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. Por ocasião dos serviços, a Contratada deverá adotar as seguintes providências:

a) Os serviços de manutenção deverão ser realizados de modo a produzir a menor quantidade de resíduos possível que deverão ser ecologicamente descartados;

b) Peças e componentes substituídos e que não possam ser reciclados ou reaproveitados deverão ser ecologicamente descartados;

c) As demais exigências de técnica e sustentabilidade oriundas de normas legais deverão ser seguidas.

18. CONSIDERAÇÕES FINAIS

18.1. Ao expor claramente a motivação para realizar a aquisição do(s) material(is), a Defensoria Pública do Estado de Rondônia pretende evidenciar o ato administrativo revestidos de todos os seus requisitos formais e materiais no intuito de torná-lo eficaz e célere de acordo com o art. 2º do Decreto Federal nº 10.024/2019 e art. 4º do Decreto Federal nº 3.555/2000.

18.2. O presente processo licitatório, bem como a consequente contratação será regida pela Lei 8.666/93.

19. ANEXOS

19.1. ANEXO A - LOTES, LOCAL, DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E QUANTIDADES;

19.2. ANEXO B - LOCALIZAÇÃO DOS EXTINTORES

19.3. ANEXO C - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;

19.4. ANEXO D - LOCAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS;

19.5. ANEXO E - MODELO DE COTAÇÃO DE PREÇOS;

19.6. ANEXO F – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;

19.7. ANEXO G – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

Porto Velho, na data da assinatura.

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA
Técnico Administrativo

JOÃO VICTOR CASTRO GUIMARÃES
Técnico Administrativo

WAGNER PEREIRA DA SILVA
Chefe do Departamento de Serviços Gerais

ANEXO A – LOTES, LOCAL, DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E QUANTIDADES

LOTE 1 - PORTO VELHO E GUAJARÁ-MIRIM								
LOTE	ITEM	CAT MAT	DESCRIÇÃO DO EXTINTOR	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT
1	1	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	23	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	23
	2	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 75 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HISROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 75 LITROS	UNIDADE	1
	3	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, CO2, 6KG	UNIDADE	7	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, CO2, 6KG	UNIDADE	14
	4	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	23	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	23
LOTE 2 - ARIQUEMES, JARU, MACHADINHO DO OESTE E BURITIS								

2	5	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	7	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	7
	6	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	7	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	7
LOTE 3 - JI-PARANÁ, OURO PRETO DO OESTE, PRESIDENTE MÉDICI E ALVORADA DO OESTE								
3	7	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	12	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	12
	8	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	13	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	13
LOTE 4 - COSTA MARQUES, NOVA BRASILÂNDIA, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA DO OESTE E ALTA FLORESTA DO OESTE								
4	9	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	7	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	7
	10	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	8	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	8
LOTE 5 - CACOAL, PIMENTA BUENO, ESPIGÃO DO OESTE, VILHENA, COLORADO DO OESTE E CEREJEIRAS								
5	11	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	11	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	11
	12	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	11	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	11

ANEXO B - LOCALIZAÇÃO DOS EXTINTORES

LOTE 1 - PORTO VELHO E GUAJARÁ-MIRIM

LOTE	ITEM	LOCAL	CAT MAT	DESCRIÇÃO DO EXTINTOR	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT
1		PORTO VELHO SEDE DA DPE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	18	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	18
1		PORTO VELHO SEDE DA DPE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, CO2, 6KG	UNIDADE	6	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, CO2, 6KG	UNIDADE	12
1		PORTO VELHO SEDE DA DPE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	19	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	19
1		PORTO VELHO PA DA ZONA LESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	3	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	3
1		PORTO VELHO PA DA ZONA LESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	3	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	3
1		PORTO VELHO ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 75 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 75 LITROS	UNIDADE	1
1		PORTO VELHO UNIDADE MÓVEL	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1
1		PORTO VELHO UNIDADE MÓVEL	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, CO2, 6KG	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	2
1		COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1
1		COMARCA DE GUAJARÁ MIRIM	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1

LOTE 2 - ARIQUEMES, JARU, MACHADINHO DO OESTE E BURITIS

2	ITEM	LOCAL		DESCRIÇÃO DO EXTINTOR	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT
2		COMARCA DE ARIQUEMES	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	3	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	3
2		COMARCA DE ARIQUEMES	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	3	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	3
2		COMARCA DE BURITIS	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1
2		COMARCA DE BURITIS	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1
2		COMARCA DE JARU	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	2	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	2
2		COMARCA DE JARU	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	2	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	2
2		COMARCA DE MACHADINHO DO OESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1
2		COMARCA DE MACHADINHO DO OESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1
LOTE 3 - JI-PARANÁ, OURO PRETO DO OESTE, PRESIDENTE MÉDICI E ALVORADA DO OESTE									
3	ITEM	LOCAL		DESCRIÇÃO DO EXTINTOR	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT
3		COMARCA DE ALVORADA DO OESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1

3		COMARCA DE ALVORADA DO OESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1
3		COMARCA DE JI-PARANÁ	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	8	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	8
3		COMARCA DE JI-PARANÁ	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	8	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	8
3		COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	2	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	2
3		COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	2	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	2
3		COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1
3		COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	2	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	2

LOTE 4 - COSTA MARQUES, NOVA BRASILÂNDIA, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA DO OESTE E ALTA FLORESTA DO OESTE

4	ITEM	LOCAL		DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT
4		COMARCA DE ALTA FLORESTA	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1
4		COMARCA DE ALTA FLORESTA	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1
4		COMARCA DE COSTA MARQUES	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1

4		COMARCA DE COSTA MARQUES	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1
4		COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	2	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	2
4		COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	2	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	2
4		COMARCA DE ROLIM DE MOURA	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1
4		COMARCA DE ROLIM DE MOURA	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	2	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	2
4		COMARCA DE SANTA LUZIA D'OESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1
4		COMARCA DE SANTA LUZIA D'OESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1
4		COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1
4		COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1

LOTE 5 - CACOAL, PIMENTA BUENO, ESPIGÃO DO OESTE, VILHENA, COLORADO DO OESTE E CEREJEIRAS

5	ITEM	LOCAL		DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT
5		COMARCA DE CACOAL	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	3	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	3

5		COMARCA DE CACOAL	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	3	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	3
5		COMARCA DE CEREJEIRAS	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1
5		COMARCA DE CEREJEIRAS	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1
5		COMARCA DE COLORADO DO OESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	2	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	2
5		COMARCA DE COLORADO DO OESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	2	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	2
5		COMARCA DE ESPIGÃO DO OESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1
5		COMARCA DE ESPIGÃO DO OESTE	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1
5		COMARCA DE PIMENTA BUENO	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	1
5		COMARCA DE PIMENTA BUENO	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) DE EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	1
5		COMARCA DE VILHENA	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	3	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO A, ÁGUA, 10 LITROS	UNIDADE	3

5	COMARCA DE VILHENA	3662	EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	3	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) EM EXTINTOR DE INCÊNDIO – TIPO BC, PÓ QUÍMICO, 6KG	UNIDADE	3
---	--------------------	------	---	---------	---	---	---------	---

ANEXO C – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA 12 MESES

CRONOGRAMA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS*			
DESCRIÇÃO	03/2023	09/2023	03/2024
Extintores de incêndio – Tipo A, Água 10 litros	Inspeção e manutenção	-	Inspeção e manutenção
Extintores de incêndio – Tipo A, Água 75 litros	Inspeção e manutenção	-	Inspeção e manutenção
Extintores de incêndio – Tipo BC, Pó Químico, 6Kg	Inspeção e manutenção	-	Inspeção e manutenção
Extintores de incêndio – Tipo BC, Pó Químico, 8Kg	Inspeção e manutenção	-	Inspeção e manutenção
Extintores de incêndio – Tipo BC, CO2, 6Kg	Inspeção e manutenção	Inspeção e manutenção	Inspeção e manutenção

* O Cronograma poderá ser objeto de alteração por parte da Contratante.

ANEXO D - LOCAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

LOTE	LOCAL
1	Porto Velho - Sede da DPE: Av. Gov. Jorge Teixeira, nº 1722. Bairro Embratel - Porto Velho/RO. CEP 76.820-846. Telefone: 69 - 3217- 4706 e 69 – 3217 - 4715
	Porto Velho - PA da Zona Leste: Rua José Amador dos Reis, nº 3330. Bairro Tancredo Neves. Porto Velho/RO Telefone: 69 - 3229 - 2352
	Porto Velho - Almoxarifado e Patrimônio: Av. Gov. Jorge Teixeira, nº 1722. Bairro Embratel - Porto Velho/RO. CEP 76.820-846. Telefone: 69 -3217 - 4706 e 69 – 3217 - 4715
	Porto Velho - Unidade Móvel: Av. Gov. Jorge Teixeira, nº 1722. Bairro Embratel - Porto Velho/RO. CEP 76.820-846. Telefone: 69 - 3217 - 4706 e 69 – 3217 - 4715
	Comarca de Guajará Mirim: Av. Princesa Isabel, nº 3653. Bairro 10 de Abril. CEP: 76.850-000. Guajará-Mirim/RO. Telefone: 69 - 3541 - 4502/ 99294 - 5967
2	Comarca de Ariquemes: Avenida Canaã, nº 2647. Bairro Setor 03. Ariquemes/RO. CEP 76.870-417. Telefone: 69 - 3536 - 8665
	Comarca de Buritis: Rua Ibiara, nº 51. Edifício Terezinha. Bairro Setor 03. Buritis/RO. CEP: 76.880-000 Telefone: 69 - 3238 - 3559
	Comarca de Jaru: Rua Raimundo Cantanhede, nº 1247. Bairro Setor 02. Jaru/RO. CEP 76.890-000. Telefone: 69 - 3521 - 5533
	Comarca de Machadinho do Oeste: Av. Diomero Moraes Borba, nº 3181. Bairro Centro. Machadinho do Oeste/RO. CEP 76868-000. Telefone: 69 -3581 - 3061
3	Comarca de Alvorada do Oeste: Avenida Marechal Deodoro, nº 4785. Bairro Três Poderes. Alvorada do Oeste/RO. CEP 79.930-000. Telefone: 69 - 3412 - 3475
	Comarca de Ji-Paraná: Avenida Marechal Rondon, nº 527. Bairro Centro. Ji-Paraná/RO. CEP 76.900-027. Telefone: 69 - 3422 - 7112
	Comarca de Ouro Preto do Oeste: Rua Gonçalves Dias, nº 4168. Bairro União. Ouro Preto do Oeste/RO. CEP 76.920-000. Telefone: 69 - 3461 -2923 / 3461 - 1865
	Comarca de Presidente Médici: Rua Castelo Branco, nº 2583. Sala 01. Bairro Centro. Presidente Médici/RO. CEP 76.916-000. Telefone: 69 - 3471 - 3405
4	Comarca de Alta Floresta: Rua Espírito Santo, nº 3845. Bairro Centro. Alta Floresta/RO. CEP 76.954-000. Telefone: 69 – 3641 - 2805
	Comarca de Costa Marques: Avenida Mamoré, nº 1322. Setor 1. Bairro Centro. Costa Marques/RO. CEP 76.937-000. Telefone: 69 - 3651 - 3661
	Comarca de Nova Brasilândia: Rua Rui Barbosa, nº 3505-A. Bairro Setor 13. Nova Brasilândia/RO. CEP 76.958-000. Telefone: 69 - 3418 - 3516
	Comarca de Rolim de Moura: Avenida Aracaju, nº 5394. Bairro Centro. Rolim de Moura/RO. CEP 76.940-000. Telefone: 69 - 3442 - 9290
	Comarca de Santa Luzia D'Oeste: Avenida Brasil, nº 2548. Bairro Centro. Santa Luzia/RO. CEP 76.950-000. Telefone: 69 - 3434 - 2228

	Comarca de São Miguel do Guaporé: Av.: Presidente Vargas nº 176, Esq. Pinheiro Machado, Bairro: Centro. CEP: 76.932-000. Telefone: 69 - 3642 - 1465
LOTE	LOCAL
5	Comarca de Cacoal: Rua Padre Adolfo, nº 2434. Bairro Jardim Clodoaldo. Cacoal/RO. CEP 76.964-088. Telefone: 69 – 3443-6928
	Comarca de Cerejeiras: Avenida Aracaju, nº 827. Bairro Centro. Cerejeiras/RO. CEP 79.997-000. Telefone: 69 - 3342 - 3341
	Comarca de Colorado do Oeste: Rua Paulo de Assis Ribeiro, nº 4043. Bairro Centro. Colorado do Oeste/RO. CEP: 76.993-000. Telefone: 69 - 3341 - 1390
	Comarca de Espigão do Oeste: Avenida Rio Grande do Sul nº 2652. Bairro Centro. Espigão do Oeste/RO. CEP 76.974-000. Telefone: 69 - 3481 - 1422
	Comarca de Pimenta Bueno: Rua Alcinda Ribeiro de Souza, nº 585. Bairro Alvorada. Pimenta Bueno/RO. CEP 76.970-000. Telefone: 69 - 3451 - 7209
	Comarca de Vilhena: Av. Luís Mazieiro, nº 4320. Bairro Jardim América. Vilhena/RO. CEP 76.980-000 . Telefone: 69 - 3322 - 6578

ANEXO E – MODELO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES					
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO EM EXTINTORES DE INCÊNDIO					
LOTE I – PORTO VELHO E GUAJARÁ-MIRIM					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio – Tipo A, Água, 10 litros	Serviço	23		
2	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio – Tipo BC, CO2, 6Kg	Serviço	7		
3	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio – Tipo BC, Pó Químico, 6Kg	Serviço	23		
4	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio – Tipo A, Água, 75 litros	Serviço	1		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					
Carimbo do CNPJ/CPF-ME	Local:	Data:	Validade da Proposta:		
			90 (NOVENTA DIAS)		
	Responsável da Empresa pela cotação:	Fone:	Assinatura:		

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES					
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO EM EXTINTORES DE INCÊNDIO					
LOTE II – ARIQUEMES, JARU, BURITIS E MACHADINHO DO OESTE					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
5	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio – Tipo A, Água, 10 litros	Serviço	7		
6	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio – Tipo BC, Pó Químico, 6Kg	Serviço	7		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					
Carimbo do CNPJ/CPF-ME	Local:	Data:	Validade da Proposta:		

			90 (NOVENTA DIAS)
	Responsável da Empresa pela cotação:	Fone:	Assinatura:

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES					
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO EM EXTINTORES DE INCÊNDIO					
LOTE III – JI-PARANÁ, ALVORADA DO OESTE, OURO PRETO DO OESTE E PRESIDENTE MÉDICI					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
7	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio – Tipo A, Água, 10 litros	Serviço	12		
8	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio – Tipo BC, Pó Químico, 6Kg	Serviço	13		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					
Carimbo do CNPJ/CPF-ME	Local:	Data:	Validade da Proposta:		
			90 (NOVENTA DIAS)		
	Responsável da Empresa pela cotação:	Fone:	Assinatura:		

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES					
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO EM EXTINTORES DE INCÊNDIO					
LOTE IV – ALTRA FLORESTA DO OESTE, COSTA MARQUES, NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE, ROLIM DEMOURA, SANTA LUZIA DO OESTE E SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
9	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio – Tipo A, Água, 10 litros	Serviço	7		
10	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio – Tipo BC, Pó Químico, 6Kg	Serviço	8		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					
Carimbo do CNPJ/CPF-ME	Local:	Data:	Validade da Proposta:		
			90 (NOVENTA DIAS)		
	Responsável da Empresa pela cotação:	Fone:	Assinatura:		

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES					
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO EM EXTINTORES DE INCÊNDIO					
LOTE V – CACOAL, CEREJEIRAS, COLORADO DO OESTE, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO E VILHENA					

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
11	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio – Tipo A, Água, 10 litros	Serviço	11		
12	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio – Tipo BC, Pó Químico, 6Kg	Serviço	11		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					
Carimbo do CNPJ/CPF-ME	Local:	Data:	Validade da Proposta: 90 (NOVENTA DIAS)		
	Responsável da Empresa pela cotação:	Fone:	Assinatura:		

ANEXO F - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

IDENTIFICAÇÃO:	
Termo de Recebimento Provisório	Data:
Contrato nº:	Vigência do Contrato:
Contratada:	Prazo:
Objeto:	
Valor do contrato:	Fiscal:
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	
Atestamos o recebimento provisório do objeto a que se refere o contrato em epígrafe, nos termos indicados abaixo:	
Condições de recebimento	
1- A obrigação foi cumprida: <input type="checkbox"/> No prazo <input type="checkbox"/> Fora do prazo (Data ____/____/____) <input type="checkbox"/> Integralmente <input type="checkbox"/> Parcialmente, tendo em vista o seguinte: _____	2 – Foi entregue: <input type="checkbox"/> Na quantidade exigida <input type="checkbox"/> Em quantidade irregular <input type="checkbox"/> Outras observações: _____

_____, ____ de _____ de 20__.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Nome Completo

Cargo

ANEXO G - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

IDENTIFICAÇÃO:	
Termo de Recebimento Definitivo	Data:
Contrato nº:	Vigência do Contrato:
Contratada:	Prazo:
Objeto:	
Valor do contrato:	Fiscal:
Pelo presente, declaramos, em caráter definitivo, a fiel e perfeita execução do objeto a que se refere o instrumento acima identificado, emitindo o presente TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO , com eficácia liberatória de todas as obrigações do contratado, exceto as garantias legais (art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/1993), bem como autorizamos a restituição de todas as garantias e/ou caução prestadas.	

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Nome Completo

Cargo



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Pereira Da Silva, Chefe de Departamento**, em 27/01/2023, às 09:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo de Oliveira Silva, Técnico Administrativo**, em 27/01/2023, às 09:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **João Victor Castro Guimarães, Técnico Administrativo**, em 27/01/2023, às 10:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0145229** e o código CRC **9DEF7383**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.103784.2022

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: SERV MANUT INSPEÇÃO DE EXTINTORES - 2023

ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL

ANEXO II

ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNIT (R\$)	PREÇO MÁXIMO (R\$)
LOTE I					
01	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	23	100,00	2.300,00
02	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, CO2, 6 kg.	Serv.	7	132,50	927,50
03	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	23	100,00	2.300,00
04	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 75 litros.	Serv.	1	320,00	320,00
TOTAL DO LOTE I					5.847,50
LOTE II					
05	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	7	100,00	700,00

06	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	7	100,00	700,00
TOTAL DO LOTE II					1.400,00
LOTE III					
07	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	12	87,50	1.050,00
08	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	13	87,50	1.137,50
TOTAL DO LOTE III					2.187,50
LOTE IV					
09	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	7	87,50	612,50
10	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	8	87,50	700,00
TOTAL DO LOTE IV					1.312,50
LOTE V					
11	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	11	87,50	962,50
12	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	11	87,50	962,50
TOTAL DO LOTE V					1.925,00
TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO					12.672,50

Obs.: Os valores acima foram extraídos da Pesquisa de Preços id. 0131238.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Pregoeiro(a)**, em 30/01/2023, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 30/01/2023, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0145767** e o código CRC **568D2093**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.103784.2022.

Documento SEI nº 0145767v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.103784.2022

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: SERV MANUT INSPEÇÃO DE EXTINTORES - 2023

ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(apresentar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023/CPCL/DPE/RO

EDITAL Nº 028/2022/CPCL/DPE/RO

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - DPE/RO

DO OBJETO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
LOTE I					
01	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	23		
02	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, CO2, 6 kg.	Serv.	7		
03	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	23		
04	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 75 litros.	Serv.	1		
TOTAL DO LOTE I					

LOTE II					
05	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	7		
06	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	7		
TOTAL DO LOTE II					
LOTE III					
07	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	12		
08	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	13		
TOTAL DO LOTE III					
LOTE IV					
09	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	7		
10	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	8		
TOTAL DO LOTE IV					
LOTE V					
11	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	11		
12	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	11		
TOTAL DO LOTE V					
TOTAL DA PROPOSTA					

Valor Total da Proposta: R\$ _____ (valor por extenso).

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Garantia: _____ (_____), conforme edital.

DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social:	
CNPJ:	Telefone/Celular:
Endereço:	CEP:
E-mail:	

DADOS DO REPRESENTANTE DA EMPRESA:

Nome:		
Endereço:		
CEP:	Cidade:	UF:
CPF:	Cargo/Função:	
RG nº.:	Expedido por:	
Naturalidade:	Nacionalidade:	

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:
Conta Corrente:
Agência:

Declaramos conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital deste pregão, apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Declaramos que proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos, sob as penas da Lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaramos, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega

menor de dezesseis anos.

Declaramos que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado junto à DPE/RO.

(Local)....., de 2023.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Pregoeiro(a)**, em 30/01/2023, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 30/01/2023, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0145777** e o código CRC **CC3B3B38**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.103784.2022.

Documento SEI nº 0145777v3



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.103784.2022

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: SERV MANUT INSPEÇÃO DE EXTINTORES - 2023

ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 000/2023/DPE-RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023/CPCL/DPE/RO

PROCESSO SEI: 3001.103784.2022

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - DPE/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho - RO, neste ato representada pela Secretária-Geral de Administração e Planejamento, Sra. **Beatriz de Andrade Chaves**, nomeada pela Portaria nº 0413/2021-GAB/DPE de 27 de abril de 2021, publicada no DOE-DPERO n.º 481, ano III, de 28 de abril de 2021, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), firmam a presente Ata de Registro de Preços, nos termos das Lei nº 8.666/93 e Decreto Estadual 18.340/2013, suas respectivas alterações e demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Formação de Ata de Registro de Preços para a prestação de serviços de inspeção e manutenção de extintores de incêndio, mediante sistema de troca, substituição de peças, recarga e teste hidrostático inclusos, para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no edital e seus anexos.

1.2. O serviço será executado mediante execução indireta.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. A ata de registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contada da data da publicação do extrato no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

2.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos

instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme Decreto Estadual nº 18.340/13.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. É órgão gerenciador e participante desta ata de registro de preços a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. Os preços registrados por item, especificações, quantidade, licitante(s) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Primeira classificada:

Empresa:		CNPJ:	
Endereço:			
E-mail:	Fone: (XX)	Celular: (XX)	
Representante:	RG:	CPF:	

Segunda classificada:

Empresa:		CNPJ:	
Endereço:			
E-mail:	Fone: (XX)	Celular: (XX)	
Representante:	RG:	CPF:	

Preços registrados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
LOTE I					
01	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	23		
02	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, CO2, 6 kg.	Serv.	7		
03	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	23		

04	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 75 litros.	Serv.	1		
TOTAL DO LOTE I					
LOTE II					
05	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	7		
06	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	7		
TOTAL DO LOTE II					
LOTE III					
07	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	12		
08	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	13		
TOTAL DO LOTE III					
LOTE IV					
09	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	7		
10	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	8		
TOTAL DO LOTE IV					
LOTE V					
11	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo A, água, 10 litros.	Serv.	11		
12	Inspeção e manutenção (com substituição de peças, recarga e teste hidrostático) em extintor de incêndio - Tipo BC, pó químico, 6kg.	Serv.	11		
TOTAL DO LOTE V					
TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS					

5. CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS, LOCAL, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

5.1. Conforme indicados nos itens **05** e **07** do termo de referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Conforme disposto no item **08** do termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado obedecendo ao disposto no item **09** do termo de referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas no item **11** do Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

9.1. Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício **2023**, por meio da programação: **30.011.03.122.2046.2182**; Natureza da despesa: **3.3.90.39**; Fonte: **175908030**; Unidade orçamentária: **30011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia - FUNDEP**.

10. CLÁUSULA DEZ - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1. Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, Municipal ou Distrital que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. CLÁUSULA ONZE - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados,

cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 1993.

11.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços.

11.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

11.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

11.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.4. Será admitida solicitação de revisão de preços de que trata o item **11.3**, quando tratar-se de produto cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso item **11.3.2**.

11.4.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ata, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos.

11.5. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

11.5.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

11.5.2. Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ata; os preços poderão ser revisados conforme disposto no subitem **11.5**.

11.5.3. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do item da ata.

11.5.4. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o

preço de mercado vigente à época do registro.

12. CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DA ATA

12.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

12.1.1. Descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços;

12.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

12.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei n. 8.666, de 1993, ou no artigo 7º da Lei n. 10.520, de 2002.

12.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos subitens **12.1.1** e **12.1.2** acarretará, ainda, a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

12.4.1. Por razão de interesse público; ou

12.4.2. A pedido do fornecedor.

13. CLÁUSULA TREZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços vincula-se ao edital, anexos e a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) do Pregão Eletrônico que originou o presente documento.

13.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

13.3. Os casos omissos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.4. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

13.5. O extrato da presente Ata será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

13.6. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

14. CLÁUSULA TREZE - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer dúvidas que surgirem da execução da presente Ata.

Porto Velho - RO, na data da assinatura.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Beatriz de Andrade Chaves

Secretária-Geral de Administração e Planejamento

NOME DA EMPRESA

.....
Representante legal da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Pregoeiro(a)**, em 30/01/2023, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 30/01/2023, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0145783** e o código CRC **19630B2A**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.103784.2022.

Documento SEI nº 0145783v3



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.103784.2022

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: SERV MANUT INSPEÇÃO DE EXTINTORES - 2023

ANEXO - SGAP/SGAP-CPCL

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2023/DPE-RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023/CPCL/DPE/RO

PROCESSO: 3001.103784.2022/DPE-RO

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE
RONDÔNIA E A EMPRESA _____,
PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, denominada DPE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel, CEP: 76.820-846 - Porto Velho - RO, neste ato representado pelo **Defensor Público-Geral do Estado**, Dr. _____, portador da cédula de identidade de nº _____ SSP/- ____ e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____, nomeado pelo Decreto nº _____, de ____ de _____ de 20____.

CONTRATADA: Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Av. _____, na cidade de _____, representada neste ato por seu representante legal Senhor(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, de acordo com os poderes de administração concedidos no contrato social / no requerimento de empresário individual / na representação legal que lhe é outorgada por procuração.

O presente contrato se regerá pelas disposições da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei 8.078/1990, Lei Estadual nº 2.414/2011, pelos Decretos Estaduais nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017, suas respectivas alterações e demais legislações

vigentes, atendidas as cláusulas e condições que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente é a prestação de **serviços de inspeção e manutenção de extintores de incêndio, mediante sistema de troca, substituição de peças, recarga e teste hidrostático para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por **preço unitário**, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no termo de referência, no edital e seus anexos, cujos elementos a integra.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO RESJUTE

2.1. O valor estimado do presente Contrato importa em **R\$_____ (_____)**.

2.2. Caberá reajuste de preços sempre que solicitado pelo Contratado dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, cujo índice será o IGP-M/FGV.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de **60 (sessenta) meses**, conforme disposto no art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, se houver interesse da DPE/RO.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

4.1. Conforme prazos e condições minuciosamente detalhados nos itens **05** e **07** do termo de referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DO SERVIÇO

5.1. Conforme descrito item **6.7** do termo de referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Conforme descrito no item **08** do termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito conforme disposto no item **09** do termo de referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas no item **11** do Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

9.1. As despesas decorrentes do presente Processo ocorrerão à conta do Programa de Trabalho nº **30.011.03.122.2046.2182**, Fonte do Recurso: **175908030**, cujo valor está

devidamente reservado pela Pré-Empenho nº **2023PE00XXX** e Nota de Empenho nº **2023NE00XXX**, elemento de despesa **3.3.90.39**.

9.2. As despesas para o exercício subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento à presente finalidade, por conta dos recursos consignados a Defensoria Pública do Estado de Rondônia pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, e sua devida identificação no início de novo exercício financeiro será objeto de apostilamento ao contrato.

10. CLÁUSULA DEZ - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

11. CLÁUSULA ONZE - DA RESCISÃO

11.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a possibilidade de sua rescisão, a critério da Administração, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993, sendo devidamente motivada nos autos do processo e assegurado o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO.

11.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. CLÁUSULA DOZE – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993 e Regulamento nº 021/2018/DPG/DPE/RO, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) Contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material(is) inadequado(s) ou de qualidade(s) inferior(es), e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. CLÁUSULA TREZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O presente Contrato vincula-se ao edital, anexos e a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) do Pregão Eletrônico que originou o presente documento.

13.2. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo fornecedor.

13.2.1. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

13.3. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de

lavratura de termo aditivo ao presente Contrato.

13.4. Os casos omissos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.5. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

14. CLÁUSULA QUATORZE - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer dúvidas que surgirem da execução do presente Contrato.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Velho - RO, na data da assinatura.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

.....
Defensor Público-Geral do Estado

NOME DA EMPRESA

.....
Representante legal da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Pregoeiro(a)**, em 30/01/2023, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 30/01/2023, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0145810** e o código CRC **0342E63D**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.103784.2022.

Documento SEI nº 0145810v3



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023/CPCL/DPE/RO
EDITAL Nº 028/2022/CPCL/DPE/RO
[Exclusiva ME-EPP](#)
PROCESSO SEI Nº 3001.103784.2022

A Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE/RO, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 473/2022/SGAP/DPERO de 3 de novembro de 2022, publicado no D.O.E. nº 849 – ano IV, de dia 04 de novembro de 2022, torna pública à abertura do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023/CPCL/DPE/RO**, do tipo **menor preço**, com **adjudicação por lote**, mediante execução indireta, sob o regime de empreitada por **preço unitário**. O certame será regido pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 2.414/2011, Decretos Estaduais nº 26.182/2021, nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017, Decreto Federal nº 10.024/2019, suas respectivas alterações e por outras normas vigentes, bem como pelas condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos. A licitação tem por finalidade a **qualificação de empresas e a seleção de proposta mais vantajosa**, visando a **formação de Ata de Registro de Preços para a prestação de serviços de inspeção e manutenção de extintores de incêndio, mediante sistema de troca, substituição de peças, recarga e teste hidrostático inclusos**, conforme quantidades, condições e especificações técnicas minuciosamente descritas no edital e seus anexos. O edital e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, bem como na sede da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada à Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO, em dias úteis, as 08h30min às 14h30min (horário oficial de Brasília/DF). Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail licitacao@defensoria.ro.def.br e telefone **(69) 3217-4713**. A abertura da sessão pública será no dia **10/02/2023**, às **09h30min** (horário oficial de Brasília/DF), no site: www.gov.br/compras/pt-br. O valor total estimado é **R\$12.672,50 (doze mil seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

Porto Velho - RO, 30 de janeiro de 2022.

Adriana Larissa Freitas dos Santos
Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos**, Pregoeiro(a), em 30/01/2023, às 08:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0145821** e o código CRC **F973C181**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.103784.2022.

Documento SEI nº 0145821v3